CLIPPING INTERNET

21/12/2021 ATÉ 21/12/2021

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 AÇÕES TJMA
1.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA..... 1
1.2 SITE JORNAL PEQUENO..... 2
2 DECISÕES
2.1 BLOG JOTÔNIO VIANA..... 3
3 PONTO FACULTATIVO / FERIADO
3.1 BLOG O CUBO..... 4
3.2 SITE O IMPARCIAL ONLINE..... 5
4 UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO
4.1 PORTAL DO MAGISTRADO..... 6
4.2 SITE CNJ..... 7
4.3 SITE O MARANHENSE..... 8

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
21/12/2021 - BLOG EDUARDO ERICEIRA
POSITIVA
TJMA altera regulamento para o próximo concurso de juiz substituto

TJMA altera regulamento para o próximo concurso de juiz substituto

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou, na sessão plenária administrativa do dia 15 de dezembro, a Resolução GP 105/2021 – que altera o regulamento do concurso para juiz de Direito substituto de entrância inicial. A nova norma revoga as Resoluções GP nº 51/2010 e nº 92/2021.

A principal alteração refere-se à adoção de procedimento de heteroidentificação dos candidatos autodeclarados negros, por meio de uma comissão de avaliação. O concurso será o primeiro para ingresso na magistratura do Maranhão com previsão de cotas raciais, considerando as Resoluções CNJ 203/2015, ADC 41 STF e Convenção Interamericana contra o Racismo e Discriminação Racial - incorporada com status de Emenda Constitucional na forma do art. 5º, §3º, da Constituição Federal.

Fica garantida a continuidade no concurso em relação aos inscritos nas cotas, para preservação do percentual mínimo previsto, desde que atinjam a nota mínima exigida, sem submissão à nota de corte - haverá sempre a publicação de listas específicas para cada cota -, além da alternância e proporcionalidade na nomeação dos candidatos aprovados para as cotas.

A nova norma inclui um representante do Ministério Público Estadual na Comissão de Concurso - em observância à Resolução Conjunta nº 07, de 25 de junho de 2021- CNJ/CNMP-, e foi adequada ao conteúdo programático da Resolução CNJ nº 75/2009 e alterações posteriores, especialmente a Resolução CNJ nº 423/2021, que incluiu novas matérias (veja o Anexo II), a serem melhor descritas no edital do certame.

O certame será composto por três provas escritas, realizadas nas duas primeiras etapas (1ª etapa: objetiva seletiva – 2ª etapa: discursivas), todas de caráter eliminatório e classificatório. Haverá, ainda, sindicância da vida pregressa e investigação social, exame de sanidade física e mental e exame psicotécnico, de caráter eliminatório; além de prova oral, de caráter eliminatório e classificatório e avaliação de títulos, de caráter classificatório.

O concurso deverá ser concluído no período de até 18 (dezoito) meses, contado da inscrição preliminar até a homologação do resultado final. O prazo de validade é de dois anos, contados da publicação de sua homologação no Diário da Justiça Eletrônico, podendo, única e exclusivamente, a critério do Tribunal de Justiça, ser prorrogado uma vez, por igual período.

No último concurso público para juiz de Direito substituto de entrância inicial do TJMA, realizado em 2012, foram abertas 31 vagas, com formação de cadastro reserva. Cerca de 3 mil candidatos participaram das provas, com seleção organizada pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB).

Catulé amplia as críticas ao procurador Adenilson Dias e ainda o acusa de negociatas com dois ex-juízes afastados pelo TJMA…

Jotônio Vianna / 20/12/2021 / Câmara Municipal, Executivo Municipal, Procuradoria Municipal

Em segunda rodada no ringue, hoje, na sessão ordinária da Câmara Municipal, o vereador Catulé ampliou as críticas ao procurador-geral do Município de Caxias MA, Adenilson Dias, e ainda foi mais fundo listando outras graves denúncias contra o chefe da Procuradoria da Princesa do Sertão.

Catulé não só ampliou as críticas ao procurador como também ainda o acusou de negociatas e supostos conchavos com dois ex-juízes afastados pelo TJMA.

Confira nos vídeos abaixo: https://jotoniovianna.com.br/catule-amplia-as-criticas-ao-procurador-adenilson-dias-e-ainda-o-acusa-de-negociatas-com-dois-ex-juizes-afastados-pelo-tjma/

VISITAÇÃO AO MUSEU DO TJMA ESTÁ SUSPENSA DURANTE RECESSO

A visitação ao Museu "Desembargador Lauro de Berredo Martins", do Tribunal de Justiça do Maranhão, ficará suspensa até 6 de janeiro de 2022, dia em que termina o recesso do Judiciário estadual. A partir do dia 7 de janeiro, novos agendamentos para visitas externas poderão ser feitos, pelo e-mail biblioteca@tjma.jus.br e pelos telefones (98) 3261-6146 e 3261-6147, das 8h às 15h.

O museu da terceira mais antiga Corte brasileira – instalada em 4 de novembro de 1813 –, completa três meses. Foi inaugurado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, no dia 21 de setembro de 2021, em solenidade realizada no local do mais recente ambiente cultural maranhense, no Solar dos Veras, anexo ao Centro Administrativo do TJMA, no antigo prédio da Assembleia Legislativa, na Rua do Egito, Centro, São Luís.

DENUNCIAR ESTE ANÚNCIO
Na ocasião, o presidente do TJMA ressaltou que a necessidade de historiografar o Poder Judiciário é um dever cultural com as futuras gerações, "proporcionando aos pesquisadores de amanhã, condições de acesso memorial a conteúdo bibliográfico, artístico, fotográfico, científico, histórico e documental, de interesse institucional, jurídico e social, evocando momentos e situações que honraram a Justiça e proclamando os princípios que constituem os alicerces do Tribunal de Justiça do Maranhão".

ACERVO

O acervo conta com documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, como jornais, fotos diversas – inclusive de várias mudanças por que passou o Tribunal –, móveis, selos, medalhas, máquinas de escrever, livros e outras publicações – algumas anteriores à própria existência do TJMA.

DENUNCIAR ESTE ANÚNCIO
Dentre as relíquias, um atlas histórico, geográfico, político e econômico maranhense do final do Século XIX, de autoria de José Ribeiro do Amaral. Há também "Viagem ao Norte do Brasil", obra realizada no início do século XVII, fruto da observação do padre francês Ivo D'evreux.

Quem agendar a visitação ao museu, a partir de 7 de janeiro de 2022, poderá ver uma coleção de registros testamentais dos séculos XVIII e XIX; um livro das atas das sessões do Tribunal da Relação do Maranhão, no período 1841-1845; livro de cartas e títulos dos desembargadores do Maranhão (1813-1899); o livro de termo de posse e juramento dos desembargadores do Tribunal de Justiça, em 1813.

Há também o inquérito policial, de 1935, contra o estudante Hilton Gregório Lobato, preso no Largo do Carmo, em São Luís, por panfletar e distribuir bandeirinhas de cunho político. Ele foi acusado da prática de comunismo na época.

Numa parede, diploma e outros documentos da primeira mulher a ocupar o cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão, em 1976: Judith Pacheco. Num lado de uma das salas, cadeiras que foram usadas no Plenário, em 1908, com uma foto do local onde os móveis estavam, no começo do século XX.

DENUNCIAR ESTE ANÚNCIO

HOMENAGEADO

Em outra parte, a escrivaninha de trabalho do desembargador homenageado que deu nome ao museu: Lauro de Berredo Martins. Uma placa de apresentação conta que ele nasceu em São Luís, em 1926. Descende do clã do historiador e estadista Bernado Pereira de Berredo e Castro, fidalgo cavaleiro da Casa Real, capitão de cavalaria dos Reais Exércitos, governador e capitão general do Maranhão (1718/1722).

CNJ conclui primeiro ciclo de identificação e documentação de pessoas presas

3 horas atrás CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concluiu, na última semana, o primeiro ciclo de missões de lançamento da Ação Nacional de Identificação e Documentação Civil de Pessoas Presas. O objetivo é criar fluxos permanentes com instituições locais e nacionais para a emissão de até 12 tipos de documentos a pessoas privadas de liberdade a partir da confirmação da identidade civil, conforme define a Resolução CNJ n. 306/2019.

Em 2021, a ação coordenada pelo CNJ foi iniciada em cinco estados – Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e Tocantins. “Garantir uma emissão confiável de documentos civis às pessoas privadas de liberdade é requisito fundamental ao exercício da cidadania”, afirmou o secretário-geral do CNJ, Valter Shuenquener, durante missão em Mato Grosso.

O coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ, Luís Lanfredi, pontuou que o acesso a políticas e serviços públicos tem o potencial de diminuir os efeitos danosos do cárcere. “Esse cenário facilitará a reintegração à sociedade por meio do trabalho, do estudo e dos benefícios sociais.”

A ação nacional cria fluxos permanentes para a confirmação de identidade na porta de entrada do sistema prisional. De forma paralela, é trabalhada a emissão de documentos na porta de saída, a partir de listas emitidas pelo Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) – nessa modalidade, já foram emitidos 3,6 mil documentos em 18 estados.

As atividades integram o programa Fazendo Justiça, parceria entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para incidir em desafios no campo da privação de liberdade. A ação de identificação e documentação tem ainda parceria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen).

Nos cinco estados que receberam as missões em 2021, foram realizados treinamentos com as equipes que realizarão a confirmação biométrica. O CNJ enviou mais de 5 mil kits a todas os estados. As informações coletadas integrarão base de dados unificada do TSE que já tem milhões de informações biométricas de brasileiros e brasileiras.

Pelo país

Após o primeiro lançamento em Mato Grosso em meados de novembro, a missão chegou a Mato Grosso do Sul no final do mesmo mês. Para o corregedor-geral de Justiça do TJMS, desembargador Luiz Tadeu Barbosa Silva, há necessidade de mudança de paradigmas a respeito da população que passa pelo sistema. “É muito difícil você falar que está estendendo a mão a uma pessoa que se encontra presa, a sociedade não vê isso com bons olhos. Mas essa é uma resistência que precisamos vencer. Nós precisamos de uma sociedade mais justa, mais

humana, e é isso que eu vejo nas atividades do CNJ, do TSE e de todas as entidades aqui envolvidas.”

No início de dezembro, o presidente do Tribunal de Justiça de Tocantins (TJTO), desembargador João Rigo Guimarães, afirmou que a identificação civil torna a pessoa visível. “Um cidadão que pode ser identificado e ter resgatadas a sua cidadania e dignidade.”

Em 13 de dezembro, a missão chegou ao Maranhão. “A integração do estado à Ação Nacional de Identificação Civil tem como objetivo maior proporcionar dignidade a esses egressos, além de evitar problemas de homonímia que podem causar a prisão de pessoas inocentes”, observou o vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Vicente de Paula Castro.

No último estado a receber a comitiva coordenada pelo CNJ em 2021, o juiz auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI), Rodrigo Tolentino, reafirmou a importância do o fluxo de identificação e documentação civil como instrumento para concretização da reintegração social das pessoas presas. As missões serão retomadas em janeiro de 2022 e passarão por todas as unidades da Federação.

Renata Assumpção
Agência CNJ de Notícias

Ação de identificação e documentação de pessoas presas chega a cinco estados em 2021

21 de dezembro de 2021Notícias CNJ / Agência CNJ de Notícias
Ação de identificação e documentação de pessoas presas chega a cinco estados em 2021Piauí recebeu última missão de 2021 da ação nacional de identificação civil e documentação de pessoas presas. Foto: TJPI
O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concluiu, na última semana, o primeiro ciclo de missões de lançamento da Ação Nacional de Identificação e Documentação Civil de Pessoas Presas. O objetivo é criar fluxos permanentes com instituições locais e nacionais para a emissão de até 12 tipos de documentos a pessoas privadas de liberdade a partir da confirmação da identidade civil, conforme define a Resolução CNJ n. 306/2019.

Em 2021, a ação coordenada pelo CNJ foi iniciada em cinco estados – Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e Tocantins. “Garantir uma emissão confiável de documentos civis às pessoas privadas de liberdade é requisito fundamental ao exercício da cidadania”, afirmou o secretário-geral do CNJ, Valter Shuenquener, durante missão em Mato Grosso.

O coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ, Luís Lanfredi, pontuou que o acesso a políticas e serviços públicos tem o potencial de diminuir os efeitos danosos do cárcere. “Esse cenário facilitará a reintegração à sociedade por meio do trabalho, do estudo e dos benefícios sociais.”

A ação nacional cria fluxos permanentes para a confirmação de identidade na porta de entrada do sistema prisional. De forma paralela, é trabalhada a emissão de documentos na porta de saída, a partir de listas emitidas pelo Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) – nessa modalidade, já foram emitidos 3,6 mil documentos em 18 estados.

As atividades integram o programa Fazendo Justiça, parceria entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para incidir em desafios no campo da privação de liberdade. A ação de identificação e documentação tem ainda parceria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen).

Nos cinco estados que receberam as missões em 2021, foram realizados treinamentos com as equipes que realizarão a confirmação biométrica. O CNJ enviou mais de 5 mil kits a todas os estados. As informações coletadas integrarão base de dados unificada do TSE que já tem milhões de informações biométricas de brasileiros e brasileiras.

Pelo país

Após o primeiro lançamento em Mato Grosso em meados de novembro, a missão chegou a Mato Grosso do Sul no final do mesmo mês. Para o corregedor-geral de Justiça do TJMS, desembargador Luiz Tadeu Barbosa Silva, há necessidade de mudança de paradigmas a respeito da população que passa pelo sistema. “É muito difícil você falar que está estendendo a mão a uma pessoa que se encontra presa, a sociedade não vê isso com bons olhos. Mas essa é uma resistência que precisamos vencer. Nós precisamos de uma sociedade mais justa, mais

humana, e é isso que eu vejo nas atividades do CNJ, do TSE e de todas as entidades aqui envolvidas.”

No início de dezembro, o presidente do Tribunal de Justiça de Tocantins (TJTO), desembargador João Rigo Guimarães, afirmou que a identificação civil torna a pessoa visível. “Um cidadão que pode ser identificado e ter resgatadas a sua cidadania e dignidade.”

Em 13 de dezembro, a missão chegou ao Maranhão. “A integração do estado à Ação Nacional de Identificação Civil tem como objetivo maior proporcionar dignidade a esses egressos, além de evitar problemas de homonímia que podem causar a prisão de pessoas inocentes”, observou o vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Vicente de Paula Castro.

No último estado a receber a comitiva coordenada pelo CNJ em 2021, o juiz auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI), Rodrigo Tolentino, reafirmou a importância do o fluxo de identificação e documentação civil como instrumento para concretização da reintegração social das pessoas presas. As missões serão retomadas em janeiro de 2022 e passarão por todas as unidades da Federação.

Renata Assumpção
Agência CNJ de Notícias

comunicação & informação
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
21/12/2021 - SITE JORNAL PEQUENO
POSITIVA
TJMA altera regulamento para o próximo concurso de juiz substituto

TJMA altera regulamento para o próximo concurso de juiz substituto

Dentre as alterações, está o procedimento de heteroidentificação dos candidatos autodeclarados negros.
Fonte: Com informação do TJMA
Data de publicação: 21/12/2021

TJMA alterou regulamento para o próximo concurso de juiz substituto (Foto: Divulgação)

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou, na sessão plenária administrativa do dia 15 de dezembro, a Resolução GP 105/2021 – que altera o regulamento do concurso para juiz de Direito substituto de entrância inicial. A nova norma revoga as Resoluções GP nº 51/2010 e nº 92/2021.

A principal alteração referese à adoção de procedimento de heteroidentificação dos candidatos autodeclarados negros, por meio de uma comissão de avaliação. O concurso será o primeiro para ingresso na magistratura do Maranhão com previsão de cotas raciais, considerando as Resoluções CNJ 203/2015, ADC 41 STF e Convenção Interamericana contra o Racismo e Discriminação Racial – incorporada com status de Emenda Constitucional na forma do art. 5º, §3º, da Constituição Federal.

Fica garantida a continuidade no concurso em relação aos inscritos nas cotas, para preservação do percentual mínimo previsto, desde que atinjam a nota mínima exigida, sem submissão à nota de corte – haverá sempre a publicação de listas específicas para cada cota -, além da alternância e proporcionalidade na nomeação dos candidatos aprovados para as cotas.

A nova norma inclui um representante do Ministério Público Estadual na Comissão de Concurso – em observância à Resolução Conjunta nº 07, de 25 de junho de 2021- CNJ/ CNMP-, e foi adequada ao conteúdo programático da Resolução CNJ nº 75/2009 e alterações posteriores, especialmente a Resolução CNJ nº 423/2021, que incluiu novas matérias (veja o Anexo II), a serem melhor descritas no edital.

O certame será composto por três provas escritas, realizadas nas duas primeiras etapas (1ª etapa: objetiva seletiva – 2ª etapa: discursivas), todas de caráter eliminatório e classificatório. Haverá, ainda, sindicância da vida pregressa e investigação social, exame de sanidade física e mental e exame psicotécnico, de caráter eliminatório; além de prova oral, de caráter eliminatório e classificatório e avaliação de títulos, de caráter classificatório.

O concurso deverá ser concluído no período de até 18 (dezoito) meses, contado da inscrição preliminar até a homologação do resultado final. O prazo de validade é de dois anos, contados da publicação de sua homologação no Diário da Justiça Eletrônico, podendo, única e exclusivamente, a critério do Tribunal de Justiça, ser prorrogado uma vez, por igual período.

No último concurso público para juiz de Direito substituto de entrância inicial do TJMA, realizado em 2012, foram abertas 31 vagas, com formação de cadastro reserva. Cerca de 3 mil candidatos participaram das provas,

com seleção organizada pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB).

Justiça entra em recesso a partir desta segunda-feira (20)

O recesso do Poder Judiciário começa hoje (20) e vai até 31 de janeiro. Ficam suspensos os prazos de processos em tramitação na Justiça de todo o país. Não haverá expediente entre 20 de dezembro de 2021 e 6 de janeiro de 2022.

Nesse período, fica mantido o plantão judicial para recebimento de pedidos com risco imediato de perecimento do direito (como habeas corpus, medidas protetivas, internação hospitalar e ação de alimentos). As informações são da Agência Brasil.

STF
Durante o recesso, o protocolo de petições e processos do Supremo Tribunal Federal (STF) será admitido por meio exclusivamente eletrônico. O horário de funcionamento dos setores de apoio ao plantão judicial será das 13h às 18h. Nos dias 24 e 31 de dezembro, os setores de apoio ao plantão judicial funcionarão das 8h às 11h.

Não haverá plantão nos dias 25 de dezembro de 2021 e 1º de janeiro de 2022. De 7 a 31 de janeiro, o atendimento ao público externo será das 13h às 18h. A ministra Rosa Weber ocupará a presidência do Supremo entre os dias 10 e 31 de janeiro.

STJ
O Superior Tribunal de Justiça (STJ) informou que os prazos processuais – exceto nos processos criminais – ficarão suspensos a partir de 20 de dezembro e voltarão a fluir em 1º de fevereiro de 2022. Segundo a Corte, a Secretaria Judiciária e a Secretaria de Processamento de Feitos funcionarão em regime de plantão judiciário no período de 20 de dezembro a 6 de janeiro, das 13h às 18h, apenas para cumprimento de medidas urgentes.

Já nos dias 24 e 31 de dezembro, o funcionamento dessas unidades será das 8h às 12h. Aos sábados e domingos, aplicam-se as regras do plantão judiciário.

TSE
O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também funcionará em esquema de plantão. Nesse período, a Presidência da Corte examinará e decidirá demandas urgentes, como medidas cautelares e habeas corpus.

A escala de plantão da Presidência do TSE se inicia com o ministro Luís Roberto Barroso, de 20 de dezembro até 3 de janeiro, seguido pelo ministro Alexandre de Moraes, que atuará de 4 a 16 de janeiro. Por fim, a análise de eventuais processos ficará a cargo do ministro Edson Fachin, no período de 17 a 31 de janeiro.

Os julgamentos pelo Plenário do TSE serão retomados no dia 1º de fevereiro de 2022, com a sessão de abertura do primeiro semestre do Ano Judiciário de 2022, a ser realizada a partir das 19h.

CNJ

No Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o atendimento da Secretaria Processual será das 13h às 18h em regime de plantão. O atendimento do CNJ ao público externo será retomado no dia 7 de janeiro e será realizado das 13h às 18h até 31 de janeiro.

TJMA participa de reunião de apresentação do projeto da Central de Vagas

20/12/2021 23:59:00

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), participou de reunião técnica, por videoconferência, para apresentação do projeto-piloto da Central de Regulação de Vagas no Maranhão.

O objetivo do encontro - conduzido por equipe do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - foi apresentar e debater o guia de implementação, registrar premissas e discutir decisões importantes a serem tomadas para a validação do projeto.

Na abertura da reunião, no último dia 16, o juiz coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi, elogiou a atuação da UMF no Estado. "A Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão, hoje, é referência na área de execução penal, no país. O sistema prisional maranhense tem exportado boas práticas por meio das ações de vanguarda coordenadas pela UMF.

A assistente técnica do Eixo sobre Proporcionalidade Penal do Programa Fazendo Justiça do CNJ, Janaína Camelo Homerin, apresentou a proposta de customização do projeto-piloto de implantação da Central de Regulação de Vagas no Maranhão, enfatizando o intuito do evento. "A nossa intenção é compartilhar com todos uma versão preliminar da metodologia de implantação, com o intuito de aprimorarmos e validarmos a versão final do guia, no começo de 2022, em conformidade com a premissa de construção participativa que norteia o desenvolvimento da Central de Regulação de Vagas".

Durante a apresentação, Janaína Homerin abordou sobre as premissas, o diagnóstico, os objetivos, atores e responsabilidades, abrangência territorial, ferramentas adotadas no Maranhão, a monitoração eletrônica, o modelo de governança descentralizado, a importância do engajamento dos juízes e das juízas da execução, ato normativo, a necessidade de um Plano de Comunicação, dentre outros.

A servidora do CNJ explicou que a iniciativa visa extinguir a superlotação carcerária, na comarca da Ilha de São Luís, garantindo a sustentabilidade da aplicação do princípio da taxatividade carcerária. Enfatizou, ainda, que o processo de implantação da Central de Vagas exigirá engajamento de todos os juízes e juízas da execução, além dos integrantes do Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria Conjunta nº 222021. "Esse é um trabalho construído por diversas mãos. Agradecemos a todos e a todas pelo esforço e pela dedicação", frisou.

Dentre as recomendações feitas pela equipe do Conselho Nacional de Justiça, na ocasião, destaca-se a opção pela gestão descentralizada que, segundo Janaína Homerin, é o mais apropriado ao contexto estadual. O modelo é caracterizado pelo alinhamento com a capacidade máxima das unidades prisionais e o zoneamento penitenciário; a designação de fração de vagas maior para a Vara de Execuções Penais; diferentes frações para varas com competências distintas; dentre outros.

O coordenador geral substituto da UMF/TJMA, juiz Marcelo Moreira, parabenizou a equipe do CNJ pela apresentação e enfatizou a importância do engajamento de juízes e juízes, durante o processo de implantação da Central de Vagas. "Em breve, será criada a Central de Regulação de Vagas no Maranhão, com o apoio da Presidência do TJMA e da Corregedoria Geral de Justiça, que acreditam nesse projeto. No entanto, para alcançarmos êxito nessa iniciativa, será fundamental o engajamento de juízes e juízas".

O magistrado acrescentou que a gestão da Central será feita de acordo com a metodologia mais apropriada para o atual contexto do sistema prisional do Estado.

O juiz auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ/MA), Márcio Castro Brandão, também enalteceu a apresentação feita pelo CNJ, baseada em diversas reuniões promovidas pelo grupo, pesquisas e visitas técnicas ao Maranhão. "Fiquei muito feliz com a apresentação realizada pelo CNJ, oportunidade em que pude esclarecer diversas dúvidas sobre o assunto. É um trabalho realmente impressionante, fruto de muitas pesquisas e debates".

Participaram da reunião: a juíza Marcela Santana Lobo, titular da 3ª Vara Criminal de Caxias; a coordenadora Executiva da UMF-TJMA, Thaís Muniz; a chefe da divisão jurídica UMF/TJMA, Luciana Delfino Braga; o servidor da UMF/TJMA, Jesus Martins Oliveira Júnior; Fredson Pinheiro Maciel, da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP/MA); o defensor público Paulo Costa (DPE/MA).

Também participaram o coordenador adjunto do Eixo 1 do Programa Fazendo Justiça (CNJ), Rafael Barreto Souza; a analista de Regulação de Vagas - Maranhão, Julia Faustina Abad; a analista de Regulação de Vagas do Programa Fazendo Justiça, Regina Lopes; a coordenadora do Programa Fazendo Justiça no Maranhão, Cláudia Gouveia;

Como convidados, estiveram presentes na reunião a juíza Auxiliar da Presidência do TJAC e titular da VEPMA, Andrea Brito; o juiz de Direito do TJPB, Jeremias de Cássio Carneiro de Melo; a assessora do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF/CNJ), Caroline Tassara; a diretora Executiva DMF/CNJ, Natália Albuquerque Dino de Castro e Costa, dentre outros participantes.